

**PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E SUAS INTERRELAÇÕES CIDADINAS: UMA LEITURA CONTRA-HEGEMÔNICA DA CIDADE DE FRUTAL/MG**

**HERITAGE, MEMORY AND ITS URBAN INTERRELATIONSHIPS: A COUNTER-HEGEMONIC READING OF THE CITY OF FRUTAL/MG**

**PATRIMONIO, MEMORIA Y SUS INTERRELACIONES DE CIUDAD: UNA LECTURA CONTRAHEGEMÓNICA DE LA CIUDAD DE FRUTAL/MG**

**Michael Kennedy Oliveira Diniz**

Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

[mkennedy@ufu.br](mailto:mkennedy@ufu.br)

**Patrícia Emanuelle Nascimento**

Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG Professora do

INHIS/Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

patricia.nascimento@ufu.br

**Resumo**

Em uma perspectiva da História Regional, o seguinte trabalho tem como objetivo problematizar as “histórias oficiais” e a memória colonialista produzida pelos memorialistas acerca das cidades, a partir do microcosmo urbano de Frutal, município de Minas Gerais. O Artigo tateia sob novas perspectivas de análise a fim de tecer reflexões e apresentar histórias sobre a cidade de Frutal que foram esquecidas ou negligenciadas, dialogando com autores que apresentam a cidade como espaço político e a memória como disputa de poder que molda o passado a partir de narrativas hegemônizantes. São mobilizados alguns conceitos e ideias, tais como os de espaço citadino como fenômeno parcial de organização, resultado das pressões e disputas sociais/econômicas/agrárias; Patrimônio como multifacetado ligado à identidade sócio-cultural e política; memória como campo de disputas e decolonialidade que enfatiza a resistência local a fim de se produzir passados outros lidos a contrapelo.

**Palavras chaves:** Frutal. História Regional, História oficial, espacialidade.

**Abstract**

From a Regional History perspective, the following work aims to problematize the “official histories” and the colonialist memory produced by memoirists about cities, based on the urban microcosm of Frutal, a municipality in Minas Gerais. The Article explores new perspectives of analysis in order to weave reflections and present stories about the city of Frutal that have been forgotten or neglected, dialoguing with authors who present the city as a political space and memory as a power struggle that shapes the past based on of hegemonizing narratives. Some concepts and ideas are mobilized, such as those of city space as a partial phenomenon of organization, the result of social/economic/agrarian pressures and disputes; Heritage as multifaceted linked to socio-cultural and political identity; memory as a field of disputes and decoloniality that emphasizes local resistance in order to produce other pasts read against the grain.

**Keywords:** Fruity. Regional History, Official History, spatiality.

**Resumen**

Desde una perspectiva de Historia Regional, el siguiente trabajo tiene como objetivo problematizar las “historias oficiales” y la memoria colonialista producida por memorialistas sobre las ciudades, del microcosmos urbano de Frutal, municipio de Minas Gerais. El artículo tantea bajo nuevas perspectivas analíticas para tejer reflexiones y presentar relatos sobre la ciudad de Frutal que han sido olvidados o desatendidos, dialogando con autores que presentan la ciudad como espacio político y la memoria como disputa de poder que configura el pasado de narrativas hegemónicas. Se movilizan algunos conceptos e ideas, como el espacio de la ciudad como fenómeno parcial de organización, resultado de presiones y disputas sociales/económicas/agrarias; El patrimonio como multifacético vinculado a la identidad sociocultural y política; la memoria como campo de disputas y decolonialidad que enfatiza la resistencia local para producir pasados que se leen a contrapelo.

**Palabras clave: Afrutado. Historia Regional, Historia Oficial, espacialidad.**

**INTRODUÇÃO**

Este artigo é resultado de uma pesquisa, ainda em andamento, oriunda de reflexões que surgiram no interior da disciplina História e Região. Trata-se de um trabalho que tem como objetivo problematizar as “histórias oficiais” e a memória colonialista acerca das cidades. Traz como objeto de estudo a cidade de Frutal, município de Minas Gerais. Numa crítica às narrativas de memorialistas que produzem um passado de apagamentos e exclusões esse texto tateia novas perspectivas de análise a fim de tecer reflexões contra-hegemônicas.

A pesquisa expõe a necessidade de apresentar histórias sobre a cidade Frutal que foram esquecidas, desse modo dialoga com autores que apresentam a cidade como espaço político e a memória como disputa de poder que molda o passado a partir de narrativas que tornam-se hegemônicas. Portanto, são mobilizados alguns conceitos e ideias, tais como os de espaço citadino como fenômeno parcial de organização, resultado das pressões e disputas sociais/econômicas/agrarias; Patrimônio como multifacetado ligado à identidade sócio-cultural e política; memória como campo de disputas e decolonialidade que enfatiza a resistência local a fim de se produzir passados outros lidos a contrapelo.

Numa pegada contra-hegemônica o artigo aborda a construção da memória coletiva nacional e seus usos do passado observando como essa construção é prenhe das ideias eurocentradas da modernidade. Nesse texto há uma preocupação em mostrar como a memória vai sendo reeditada pelos discursos dos memorialistas ao narrarem a história

das cidades e isso é muito sintomático no caso da cidade de Frutal o que torna relevante a análise da representação memorial da formação dessa cidade.

A proposta é contextualizar o surgimento da cidade de Frutal destacando o sentido colonizador do uso do espaço pelo projeto colonial e observar como a dimensão de poder e a colonialidade se reproduzem nas narrativas de memorialistas. Embatendo com essa interpretação colonialista da história, a pesquisa propõe uma escrita da história da cidade que desuniversalize os discursos. Traz para o centro do debate os excluídos, os marginalizados, os silenciados, as memórias subterrâneas, o protagonismo de negros e negras, de indígenas e dos quilombos na região de Frutal.

### **UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E REPRESENTATIVIDADE**

O século XIX, marcado pelas revoluções nacionais, causou apagamentos de importantes atores da formação de nossa sociedade na construção da memória coletiva nacional. O passado e seu uso, estão marcados por projetos políticos: “um país não se define apenas por suas memórias, se define também por seus esquecimentos” (OLIVEIRA, 2016, p. 75).

Na historiografia, há busca da quebra dos discursos hegemônicos produzidos pelo que Escobar nomeia de “mundo de um mundo só”, presente no projeto colonial europeu, eurocentrado e evolucionista social, que pressupõe uma superioridade intelectual/social/racial nos aspectos da modernidade. Escobar afirma que “na procura de alternativas a estas formas universalistas de submissão e controle de todas as dimensões da cultura e da vida” (ESCOBAR, 1995, p. 11), há duas direções: ressaltar a resistência local e “desconstruir desenvolvimento”, ou seja, “desnaturalizar e desuniversalizar” as impressões de hegemonia eurocentrada nos aspectos da modernidade como “bastiões do progresso”.

Mesmo a produção acadêmica com os movimentos da “Nova História”, “Estudos Decoloniais” ou até a aclamada “Escola dos Annales” que já se preocupava em problematizar as questões humanas e entender suas relações no tempo-espaço, nota-se na formação das “histórias oficiais” das cidades, uma narrativa muito cara a Escola Metódica, apegada aos documentos oficiais e eleger seus heróis, enaltecendo feitos dos

membros da elite local. O passado é tomado como estático e distante, sendo utilizado politicamente no tempo presente. Logo, a formação de uma consciência social é prejudicada, pois não há uma identificação com a realidade cidadina. O natural, não se reconhece ali, não se sente pertencente ao espaço intercultural e diverso que compõe a cidade.

Lefebvre, filósofo que se debruçou sobre as composições do espaço citadino, rompe a clássica observação das cidades como um organismo ou fenômeno parcial de organização, resultado das pressões e disputas sociais/econômicas/agrárias, fruto da evolução humana para a modernidade, afirmando que “A cidade sempre teve relação com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (...) com sua história” (LEFEBVRE, 2001, p.51), ou seja, ainda que influenciadas por eventos globais da sociedade, instituições estatais e suas regulações estatutárias, encontra-se interseccionada pelas relações imediatas de sua composição social, bem como estruturada urbanamente por fatores econômico-sociais, étnico-raciais, agrários, arquitetônicos, etc. “A organização interna de nossas cidades (...) revela um problema estrutural, cuja análise sistêmica permite verificar como todos os fatores mutuamente se causam perpetuando a problemática” (SANTOS, 1993, p.97). O espaço urbano é organizado, segundo Harvey (1980) hierarquicamente intrínseco aos modos de produção, divisão do trabalho, atividades econômicas, sociais, culturais, entre outros fatores, que moldam o modo de vida, constituindo o urbanismo. Aqui, vale ressaltar que há uma multiplicidade de fatores que resguardame constituem a historicidade local por meio dos seus patrimônios materiais ou imateriais, e as negligências que concerne na formação de um passado único hegemônico.

Patrimônio, segundo Hartog (2008, p.266) é por definição multifacetado, englobando tudo aquilo que tem um papel importante na cultura de um povo. É ligado a herança que um povo atribui a si próprio (identidade cultural) e reconhecido pelas instituições de governo. os patrimônios passam a ser vistos como “lugares de memória” sendo considerados símbolos da identidade, história, auxiliando na formação de uma memória coletiva nacional (patriótica), algo imutável e sempre presente. Acarretando um dever coletivo de preservação, conservação, reabilitação e comemoração, ligados a eventos passados, agora patrimoniais.

Todo espaço patrimonial é um espaço político, e assim cumpre sua função. Ela parte tradicionalmente da elite política, que protagoniza a memória no espaço urbano. Isso se reflete nas cidades com a nomeação de ruas, praças, instituições, construção de bustos e outros monumentos, hegemonizando a pluralidade de atores na construção da sociedade macro e micro, ao heroísmo desses atores eleitos. Esvazia-se assim, o sentido do passado como uma experiência coletiva de formação sociocultural, o que destitui a sociedade de uma formação cidadã plena (PAOLI, 1992).

Tendo isso em vista, proponho a análise da representação memorial da formação da cidade de Frutal, localizada no estado de Minas Gerais. O município atualmente possui cerca de 60 mil habitantes e uma história, como muitas outras no Brasil, cheia de apagamentos. Em uma busca simples na internet sobre a fundação da cidade, há poucas informações sobre sua história.

Nota-se um descaso institucional ao acessar o *site* da Prefeitura Municipal de Frutal, que resume os mais de 130 anos de história em quatro linhas, definindo a localização geográfica, produção agrícola e educação, seguido do subtítulo “História”, e três linhas explicando que a origem do nome Frutal está atrelada à abundância de jabuticaba nos corpos d’água da região. O *site* do IBGE, foi o que forneceu informações mais profundas da geografia, economia, administração pública e também história, que aqui, tratarei como *história oficial da fundação de Frutal*, por ser ela difundida no imaginário frutalense e exposta no Museu de Frutal, sendo a única exposição permanente, seguido de um cronograma de datas de emancipações e marcos civis de 1835 a 1916. Farei um breve resumo das informações contidas no IBGE:

Frutal surgiu no contexto do Sertão da Farinha Podre, terras pertencentes a capitania de Goiás. Era trafegada pelas bandeiras, definidas por Darcy Ribeiro como “uma vasta cidade móvel”, que seguia uma lógica de conquista do território, escravizando indígenas, combatendo quilombo, recapturando escravos, afugentando jesuítas (RIBEIRO, 1995 p. 270). Em 1736, com distribuição de sesmarias e a abertura da Picada de Goiás, o homem branco começou então a ocupar áreas hoje do Triângulo Mineiro, conhecidas desde o século XVI. Essas ocupações iniciais abasteciam viajantes em trânsito entre São Paulo, Mato Grosso e Goiás.

Conhecida como Sertão da Farinha Podre, pelo fato de os alimentos estragarem

durante o percurso a oeste, a região hoje se integrou a Capitania de Minas Gerais em 1816. Em linhas gerais, o início da ocupação decorre de bandeirantes sedentarizados, e escravos fugidos pela grande presença de quilombos. Cita-se a origem do nome e jabuticaba. Atribui-se a chegada da família de Antônio de Paula e Silva e seus escravos por volta de 1835 com a ocupação da área que hoje é Frutal.

Citado como forasteiro reconhecido localmente como fundador da cidade, construiu a capela de Nossa senhora do Carmo. Em seu entorno, um povoado que abastecia viajantes em trânsito entre São Paulo, Mato Grosso e Goiás, se ergueu. Em 1850 se tornou Arraial, em 1854 foi incorporado ao município de Uberaba, sendo emancipada como Vila Carmo do Fructal em 1885 e reconhecida como cidade em 1887. Nada se fala da presença de povos indígenas e pretos livres, focando a figura de Antônio de Paula e Silva como protagonista da empreitada cidadina.

## **MEMÓRIA EM DISPUTA: USOS DO PASSADO NA CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA OFICIAL**

O historiador francês François Hartog, nos apresenta o conceito de regime de historicidade, sendo as formas como uma sociedade se relaciona com o tempo, e como essa relação afeta essa sociedade de formas micro e macro. Em um regime de historicidade, um tempo (passado, presente, futuro) tem predominância sobre os outros, sendo observados/utilizados em períodos de crise ou efervescência política. A hipótese de Hartog apresenta o regime de historicidade nominado presentismo.

No presentismo, o passado idealizado e mitificado, serve para legitimar o presente (HARTOG, 2006). Esse, então, torna-se seu próprio horizonte, e se transforma em um “presente perpétuo”. Com o uso do passado, emergiu ao primeiro plano palavras que são tanto de ordem quanto práticas que se traduzem em políticas de preservação da memória e patrimônio. Todas elas são formas de convocar o passado no presente, privilegiando uma abordagem imediata com apelos à empatia e a identificação. (HARTOG, 2015).

Lucia Helena Pereira Franco Brito em sua tese de doutorado “Pulsões utópicas e distópicas nos imaginários urbanos: a cidade de Frutal (MG) nas trilhas dissonantes da história” (2017), busca compreender o imaginário popular em suas utopias e distopias

sobre a cidade de Frutal, no contexto político-social do proposto projeto desenvolvimentista “Cidade das Águas” iniciado em 2009. O projeto internacional ligado à Fundação UNESCO- Hidroex, propunha transformar a cidade em referência internacional em pesquisa ambiental e de gestão das águas relacionados a crise hídrica.

O projeto não completamente executado, asseguraria um grande desenvolvimento interdimensional a cidade, propondo uma reestruturação urbana. “A grandiosidade e arrojado arquitetônico enfatizados faziam subentender a enunciação de uma nova história para Frutal” (BRITO, 2017, p.25). Classificando-os como “projetos luminosos”, a autora observa a recorrência histórica de propostas da elite política local para o desenvolvimento econômico não executados ou parcialmente executados.

Além do projeto “Cidade das Águas”, Brito destaca a tentativa da elite local na década de 1930 em trazer ferrovias à cidade, símbolo do desenvolvimento da época, propondo a extensão tanto do traçado da Mogiana, quanto da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (BRITO, 2017, p.182).

A autora participou ativamente do programa “Água pra toda vida” que resultou em um inventário de fontes diversas como fotografia, jornais, catálogos, entrevistas com antigos moradores cidade, na busca de resgatar sua história e representações no imaginário popular. Brito afirma que durante as efervescências políticas instigadas pelo luminoso projeto, “ocorria uma espécie de despertar do interesse de sua gente por sua história” (BRITO, 2017, p.30). Ela destaca a abertura do Arquivo Público Municipal em 2007, comemorações do aniversário da cidade, além das produções de trabalhos memoriais.

Segundo a autora, até o final do século XX, dois escritos produzidos por memorialistas eram conhecidos: “Frutal, sua fundação e seu povo”, destinado a pesquisa escolar, foi publicado em 1982 sendo de autoria de Halley Antônio de Oliveira, jornalista, e Maria Lacerda da Mata, professora ativa nos campos da cultura e educação. “Mata e Oliveira narram a fundação da cidade, dão destaque a personalidades políticas e atualizam dados do município relativos à economia, geografia, cultura, segurança, saúde e infraestrutura” (BRITO. 2017, p.109).

Também ressalta que a produção do exemplar foi em meio à um cenário de disputa política, possuindo um prefácio escrito pelo prefeito interino da época, Pedro Macedo da



Silveira, enfatizando seu sucinto mandato. O posfácio, conta a história da tradicional família do prefeito afastado Alceu Queiroz. A obra assume, ocasionalmente, tom eleitoral, não sendo republicada ou reeditada.

Ernesto Plastino (1899-1996), escreveu a obra “Apontamentos”, publicada oficialmente em 2003, porém produzida em 1976 e relativamente conhecida desde então. O livro é resultado de sua ativa participação nos entraves políticos e culturais citadinos. Atuou como jornalista, coletor estadual e secretário municipal. Conhecido como Chico Felix, terminou sua única obra aos 77 anos. Fundou o jornal “O facão” (1913-1914) em 1913 e foi editor do jornal Tribuna de Frutal (1944-1963). “Apontamentos”, pode ser considerada a principal fonte para escritas posteriores. Seus escritos circulavam por meio de cópias dos escritos encadernados em 1981 se encontrando “envoltos na aura da verdade histórica” (BRITO. 2017, p.111). As duas Obras até o final do século XX, figuraram o status de história oficial.

Entre 2001 e 2009, sete obras memoriais sobre a história local foram publicadas: “Poética Um” (2001), obra póstuma do poeta local Elísio Martins (1897 – 1978), composta de mais de setenta poemas escritos ao longo de sua vida; “Original História de Frutal” (2002), escrita por Jeová Ferreira (1930-2015), narra a história da fundação e enfatiza o desenvolvimento da cidade; três volumes de “Respingos de História”, focando na história das famílias da elite local nos dois primeiros volumes (2003) e em temas do cotidiano citadino no período de 1940 a 1970 no terceiro volume (2009), escrito por Terezinha Ferreira; “Desbravadores” (2004), escrito por Álvaro de Paula, descendente de Antônio de Paula e Silva, narra a história da cidade na perspectiva de seus antepassados; “O sertanista das barras do rio Grande (1835 – 2004)” (2004), de autoria de José Ferreira de Freitas, cidadão honorário reconhecido pela Câmara Municipal em 2004, fala sobre o fundador de Frutal, um panorama do início do povoamento até a década de 1950, em contraste com a Frutal do início do século XXI (BRITO. 2017 p.112-115)”.

Podemos ver nessas construções de patrimônios físicos intelectuais, um estímulo primariamente político no qual fomentam e oficializam uma narrativa. A relação entre a memória e esquecimento objetiva-se também, pelos discursos. As produções memoriais, por se tratar de documentos, são capazes de dar a memória a mesma força que o esquecimento (SARLO 2007). De acordo com Paoli:



Ao esconder e silenciar as outras narrativas dos acontecimentos dos passados e presentes, essa história se torna “oficial”: a história necessária e documentável, em referência à qual o valor de outros projetos e de outras presenças - quando aparecem - são medidos e julgados (PAOLI, 1992, p.26).

O protagonismo é sempre mantido pela camada dominante da elite municipal, vinculada há seus interesses coronelistas, ligados ao controle do poder político, agrário e industrial da cidade. “Esta cidade histórica não tem mais nada de umasequência coerente de prescrições, de um emprego do tempo ligado a símbolos, a um estilo” (LEFEBVRE, 2001, p.106).

A historiografia, na busca da pluralidade dos sentidos de espaço, lugar e tempo, preocupa-se, hoje em dia em recuperar as histórias perdidas, pelo apagamento dos discursos hegemônicos na construção de uma memória social/oficial, contextualizando historicamente as fontes, de acordo com a metodologia mais objetiva à disposição. “A história é universal como realização do espírito universal, mas esse espírito universal não participa igualmente todos os povos” (LANDER, 2005, p.11). A fim de desuniversalizar o discurso, o trabalho do historiador busca refletir as experiências sociais em pluralidade. Para que a História não se mantenha distante da realidade, deve-se pensar em “cidades” no plural. “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (...) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2001, p.111).

Nessa seara, o livro “Marcas das fronteiras humanas na história da resistência negra em Frutal-MG (1860 – 2018)” de autoria do historiador Otávio Luiz Machado, publicado em 2018, junto a tese de Brito, confluem na pluralização dos discursos, observando o protagonismo e ações dos atores silenciados pela *História oficial*. Ambos os trabalhos problematizam a construção memorial cidadina. O livro de Machado elucida sobre a participação dos negros e indígenas na fundação de Frutal, historiciza as disputas agrárias ocorridas principalmente nas áreas quilombolas, bem como ressalta as resistências do povo preto e a importância do resgate histórico como instrumento de transformação social, exemplificado pelas ações que levaram ao reconhecimento do Quilombo da Serrinha, região rural entre Frutale Comendador Gomes. Seu extenso trabalho conta com fontes orais, documentos recolhidos no Arquivo Público de Uberaba

(APU), entrevistas, fontes de jornais e documentos oficiais.

Machado e Brito concordam sobre a importância da obra do memorialista Ernesto Plastino “Apontamentos” como fonte histórica principal na construção da memória coletiva frutalense. Tendo em mãos o livro “Apontamentos”, selecionei a parte dedicada a ocupação territorial e fundação da cidade:

A povoação de Frutal foi fundada pelo benemérito esmerado cidadão Antônio de Paula e Silva nascido no município de Oliveira, em 1800, falecido na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde (...). “Homem de uma vida irrepreensível e cujo coração impulsionava-se no influxo de sentimentos generosos e patrióticos, mostrou ter a exata compreensão dos seus deveres no mundo exibindo-se o apóstolo do bem, o fervoroso adepto de caridade, o infatigável atalaia da honra, o estremecido e carinhoso chefe da família e o conhecido secretário da religião do Calvário”. (...) “Em 1835, transferiu sua residência para esta cidade, onde a esse tempo existia apenas um rancho de capim. Foi ele quem levantou o primeiro esteio da nossa Igreja, e, prosseguindo com o afanoso empenho na construção da obra iniciada, conseguiu traduzi-la em realidade, deixando ali, no templo de Deus, um documento irrecusável de sua fé e fervor religioso (PLASTINO, 1976 p. 13).

Claramente positivista, Plastino elenca e transforma em herói mítico da história oficial de Frutal, Antônio de Paula e Silva, em moldes amplamente utilizados por historiadores no século XIX, anteriores a Escola dos *Analles*. Com a Independência, surge a necessidade de construção de uma História Nacional. Em 1838, no Império do Brasil fundado o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), a fim de mapear os aspectos geográficos espaciais, coletar e publicar documentos, além de fomentar tanto o estudo quanto o ensino de história como “formadora da cidadania”.

Inspirados pela Escola Metódica, o IHGB constrói a história brasileira numa ótica evolucionista, desprezando a história indígena e preta, enquanto exalta o legado lusitano. A história do Brasil, composta por uma hierarquia racial “apresentava os indivíduos brancos como os escolhidos para promover a civilização, os indígenas como um elemento redimível e os negros como responsáveis por trazer a inferioridade ao povo brasileiro” (SOUZA, 2015, p.27).

Segundo Hartog (2021), o conceito de História foi o receptáculo de vários extratos temporais (ou temporalidades), sendo o mais antigo, àquele no qual a História

*éplena exemplorum*, remontando a Cícero e jamais desaparecendo. Ele o nominado “antigo regime de historicidade”. O “messias frutalense” que “mostrou ter a exata compreensão de seus deveres no mundo”, “de uma vida irrepreensível”, “infatigável atalaia da honra”, nessa *história magistral vitae* é o portador das lições e fornecedor de exemplos a serem imitados.

Plastino reconhece a existência de habitantes anteriores a chegada de Paula e Silva quando afirma “onde a esse tempo existia apenas um rancho capim”. Reconhecimento esse, análogo as representações dos indígenas nos primórdios da invasão lusitana: à margem, meros expectadores, social e culturalmente desimportantes, à parte da civilização na lógica colonial. A conquista da América levou organização colonial do mundo. O que ocasionou a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. “Uma característica basilar da colonialidade do poder é a inferiorização do outro, do não europeu, primordialmente dos negros e dos indígenas” (CAVALCANTE, 2019, p.16).

A devoção religiosa é outro ponto importante para Plastino na construção de seu heroico personagem. Refere-se a Antônio como “apostolo do bem”, o que valida e oficializa o seu caráter idôneo e ressalta sua importância na construção da igreja, prova “de sua fé e fervor religioso”. O sistema colonial, apoiava-se fortemente na Igreja Católica, sendo o cristianismo inseparável da empreitada colonizadora, responsável por grande parte do que hoje são serviços cartoriais e do monopólio do sagrado. A Igreja Católica é um pilar na construção das cidades, “segundo uma tradição oriunda da Idade Média, o título de “cidade” só era atribuído às povoações dotadas de sede Episcopal” (MATA, 2002, p.46).

A história oficial de Frutal na eleição de seu messias, silencia outros sujeitos e renega a história oral que, de acordo com Pollak “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à “memória oficial”” (POLLAK. 1989, p.4). Mesmo com as tentativas da elite de levar ao esquecimento a participação de negros e indígenas pelo silenciamento desses atores, a nomenclatura popular de dois bairros da cidade, “Capoeira”, referente ao bairro Nossa Senhora do Carmo e “Brejinho”, referente ao bairro Princesa Isabel remontam os

primórdios da ocupação do espaço e resiste a “história dos vencedores”. “Essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão em silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (POLLAK, 1989, p.5).

## **FORMAÇÃO REGIONAL: DE CAIAPÔNIA A SERTÃO DA FARINHA PODRE. OS PRIMÓDIOS DO TRIÂNGULO MINEIRO E A OCUPAÇÃO DO SERTÃO BALDIO**

Cabe ressaltar, que a ocupação de Frutal está inserida em um contexto regional amplo de migração e ocupação régia de espaços já conhecidos desde o século XVI e não explorados, denominados sertões. Este em particular: Sertão da Farinha Podre, hoje nominado Triângulo Mineiro. Moraes (2000, p.12) sobre sertão afirma: “não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferentes lugares.

Trata-se de um símbolo imposto (...) a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valorização”. A palavra evoca o vazio, inabitado, uma área agreste a vida humana. Entretanto essas observações, partem de um sentido colonizador do uso do espaço. Essas áreas no Brasil do século XVIII e XIX, eram sim habitadas por povos vistos como agressivos, por resistir a imposição do projeto colonial, tomados como incivilizados, sendo eles delinquentes ou “índios” na concepção popular (MATA, 2002).

Paulo César da Costa Gomes em “O conceito de região e sua discussão”, explicita a discussão do caráter da Geografia como ciência, na definição de região como objeto de estudo. Os movimentos da Geografia Regional, apareceram em oposição aos modelos naturalistas e positivistas do século XIX em uma difusão decorrentes filosóficas marxistas, não kantistas, francesas e alemãs. Uma das discussões era sobre a natureza da Geografia: se é uma ciência ideográfica: empírico descritivo, histórica, singular e ligada com os fatos e condições circunstanciais do tempo e espaço, ou nomotéticas: sistêmica, matemática, determinada por leis gerais e regularidade. Dessa discussão, o autor destaca que Hartshorn, geógrafo norte americano, afirma que região se forma do “pleno encontro do homem, com a cultura, com o ambiente, com a natureza; a região é a materialidade desta interrelação, e também a forma localizada das diferentes maneiras pelas quais esta interrelação se realiza” (GOMES, 2001, p.62). Ou seja, cabe a geografia os dois

procedimentos, e as duas observações, particular e geral.

O conceito de região então, promove a união do idiográfico e nomotético, e não a observa como um objeto, e sim, como uma metodologia para identificar e diferenciar as áreas, utilizando diferentes critérios que podem variar de acordo com o trabalho, contribuindo para um entendimento de uma problemática, não em uma definição geral ou determinista. “As divisões não são definidas nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade espacial” (GOMES, 2001. p.63). A análise regional então seria a abordagem que classifica e divide o espaço em variáveis que permitem a compreensão de um certo aspecto relacionado ao homem e o espaço.

Em “Chão de Deus”, onde Sérgio da Mata busca compreender a influência do catolicismo formação do imaginário mineiro nos séculos XVIII e XIX, relacionando com a urbanização, noções espaciais e cidadinas. O autor ressalta que há uma certa ambiguidade no imaginário popular da época, sendo o sertão, fruto do controle administrativo na exploração e ocupação das terras coloniais, caracterizado por uma ocupação clandestina e/ou violenta. “O sertão é, em outras palavras, a antítese de tudo aquilo que uma parcela significativa da população brasileira dos séculos XVIII - XIX julgava ser a “civilização” (MATA, 2002, p.171).

Fremont ao se indagar sobre regionalização, define a região como um território mediano, que engloba lugares vividos e espaços sociais, compreendendo uma identificável coesão de grupo que a distingue, e afirma: “As regiões são múltiplas” (FREMONT, 1980, p.168), não constituindo uma única forma ou definição. É clássica a observação da região ligada a ecossistemas (regiões naturais), mas quando se trata do ser humano, nem o uso dos recursos naturais podem convergir para uma única estrutura sociocultural. A regionalização, para o historiador, é tradicionalmente vista como uma ferramenta para a compreensão de um espaço/território limitado, interseccionado de um macro espaço, controlado por dispositivos de poder, como regimes políticos (monarquia, democracia). Esses limitados geograficamente por acordos/conflitos (divisas nacionais/estaduais) ou especificidades naturais (montanhas, rios, etc).

Entretanto, na historiografia esses recortes podem extrapolar o entendimento geopolítico para questões étnicas, culturais e antropológicas diversas. O espaço social, é o local onde as ações, conflitos e transformações da vivência humana, sendo ele

geográfico ou políticos, se situam junto as culturas e imaginários caras ao historiador. Os lugares pertencem aos homens, e os homens pertencem aos lugares” (FREMONT, 1980, p.177). “A região é em todos os casos uma construção do próprio historiador”, sendo preciso “ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma “região” esclarecer os critérios que o conduziram a esta delimitação” (BARROS, 2005, p.119).

Se Tratando do Sertão da Farinha Podre, as obras de mestrado e doutorado de Luís Augusto Bustamante Lourenço, se destacam por buscar entender a natureza do Triângulo Mineiro enquanto região e defender a possibilidade de construção de um modelo de análise histórico-geográfico fundamentado na noção de formação socioespacial. Seus estudos, compreendem da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XX, servindo de fonte para trabalhos posteriores sobre o dinamismo cultural, étnico e social da região do Triângulo Mineiro, suas peculiaridades e características. O autor observa uma nucleorização das cidades do Triângulo, com certa estabilidade territorial dos núcleos urbanos desde o século XIX, com poucos surgimentos de cidades no século XX. Diferentemente da região paulista fronteiriça ao Triângulo, os núcleos urbanos são distantes e circundados por extensas áreas de monocultura.

Em seu mestrado, utiliza-se da metodologia proposta por Carl Sauer de Geografia Cultural, observando a propagação territorial de traços culturais e áreas culturais, buscando traçar as ocorrências, descontinuidades e locais de origem, assim como suas modificações. A geografia cultural é um conjunto metodológico que busca observar as relações, espaço/espacialidade, território/territorialidade, lugar e paisagem e sua influência na cultura e pela interrelação homem/natureza e organização espacial. De acordo com Paul Claval, influente teórico da Geografia Cultural:

Sauer vê a cultura, primeiramente, como um conjunto de instrumentos e artefatos que permitem ao homem agir sobre o mundo exterior, mas vai além: a cultura é composta por uma associação de plantas e animais que as sociedades aprenderam a utilizar para modificar o ambiente natural e torná-lo mais produtivo. (CLAVAL, 2014, p. 39).

No que concerne a metodologia de Sauer, o Triângulo Mineiro dos séculos XVIII e XIX:

Identificamos três grandes sistemas culturais que se superpuseram ao longo do período em questão: as culturas ameríndias hortícolas, caçadoras e coletoras, representadas na região pelos caiapós meridionais; a cultura dos aldeamentos indígenas, muito diferente da cultura dos ameríndios caiapós, e mais próxima à dos camponeses que

lhes sucederam; e a cultura geralista, herdeira de técnicas e representações luso-brasileiras, mas repleta também de traços culturais africanos e ameríndios (LOURENÇO, 2005, p.37).

Na região da mesopotâmia mineira, há testemunho de ocupação que datam 12.000 anos. Conforme estudos, os povos da Tradição Itaparica, formada por caçadores coletores, foram os primeiros habitantes ainda no final do Pleistoceno. Indícios arqueológicos, remontam a ocupação da tradição Aratú-Sapucai, horticultora e ceramista, há 1.000 anos. A área de ocupação dessa tradição, corresponde, quase que exatamente, com a dos Caiapós meridionais. Essa e outras coincidências, levam a especialistas supor uma continuidade cultural entre os Aratú-Sapucai e Caiapós meridionais. (LOURENÇO, 2005)

No início do período colonial a região triangulna era habitada pelos Caiapós meridionais. Esses, ocupavam uma área que corresponde hoje, Minas Gerais (Triangulo Mineiro, Goiás (Sul), São Paulo (extremo norte, região da bacia do Rio Grande), Mato Grosso (sudeste) e Mato Grosso do Sul (Nordeste). Os grupos, já extintos, compartilhavam do tronco linguístico Macro-Jê encontrados até a primeira metade do século XIX na confluência dos rios Paranaíba e Grande (Lourenço 2007, p.98-100).

José Bonifácio, um dos patronos da Independência, propunha políticas indigenistas, visando incorporar o indígena na constituição do país. Oliveira ressalta que um quarto da população brasileira, cerca de 800mil pessoas, compunha os chamados “índios bravos” em 1816, evidenciando a presença desses atores e de conflitos entre a coroa joanina e povos indígenas (OLIVEIRA. 2016). A partir de 1798, o indígena foi colocado sob a tutela da Colônia.

“Caberia ao juiz de órfãos a obrigação de zelar para que fossem educados, batizados e pagos pelos serviços prestados, evitando, assim, que se viesse a escravizar gente que deveria ser livre” (OLIVEIRA. 2016, p.80). Assim, as agressões a comunidades indígenas só poderiam ser por meio das “guerras justas” contra o “índio bravo”, esse, passível de ser capturado e sujeito a castigos, reeducação e escravização temporária e compondo um quarto da população. Durante o século XVIII, os “Gentio Cayapó” eram comumente retratados como “índio bravo” (MANO, 2020).

Os primeiros contatos coloniais se deram pelo extermínio ou *sertanismo de*



*apresamento*, empreitadas bandeirantes com fins escravocratas. As primeiras ocupações coloniais do Triângulo, consistia nos aldeamentos iniciados em 1730. Os mapas do século XVIII, inscrevem as áreas a sul da “Estrada dos Goias” e a oeste como território dos “Caiapós”. De acordo com Lourenço, a resistência desses povos foi um dos fatores que deteve a ocupação colonial das áreas que compreendem a bacia do baixo Paranaíba e baixo Rio Grande, nominado por Manuel Aires de Casal como “Caiapônia” (LOURENÇO, 2005, p.54). Os aldeamentos cooptaram povos indígenas das regiões que correspondem hoje aos estados de Goiás, e Mato Grosso. Segundo Marcel Mano, “a história dos contatos entre índios e não-índios no século XVIII nas regiões dos atuais sul de Goiás, Triângulo Mineiro e norte de São Paulo parece ter sido, em si mesma, uma história de guerras” (MANO, 2020, p.2).

A “Estrada do Goias” foi aberta com o descobrimento das minas nos territórios que hoje correspondem as cidades de Luziânia, Pirenópolis e Cidade de Goiás no atual estado de Goiás. “No trecho triangulino, a estrada passava pela crista dos chapadões, por ser esse o espaço mais transitável na mesopotâmia entre os rios Grande e Paranaíba” (LOURENÇO, 2005, p.52). Nesse início de ocupação, as concessões das sesmarias e aldeamentos se concentravam na “Estrada dos Goias”, entre os Rios Uberaba e São Francisco e vale do Rio da Prata, servindo principalmente como pontos de abastecimento e descanso para migrantes e comerciantes das regiões litorâneas densamente povoadas, para as regiões de mineração interioranas.

Administrativamente, o território triangulino pertenceu a capitania de São Paulo até 1725 quando foi criada a capitania das Minas dos Goias (Goiás), o que explica as ondas migratórias de indígenas para aldeamentos da região. Segundo Giralдин “a expropriação de terras aldeana sem torno da Estrada dos Goias fez-se simultaneamente ao aldeamento dos índios caiapós que viviam no território situado entre os baixos cursos do Paranaíba e Grande”. (1997, p.101). Em 1816, foi incorporado a Minas Gerais. A denominação de Sertão da Farinha Podre surge em 1807 demonstrando uma mudança de interesse da colônia na área. “No primeiro momento, houve a apropriação simbólica, que ocorreu junto à instalação de uma soberania formal: foi recortado, delimitado, mas ainda não reconhecido ou ocupado” (MORAES, 2003 p.101). Segundo Lourenço:

O desenvolvimento da rede de estradas e caminhos do Sertão da Farinha Podre se fez num arranjo dentrítico, na mesma medida em que ocorria a ocupação de território por meio das fazendas e arraiais.” A onda migratória de geralistas vindos da região central de Minas criou uma economia agropastoril ligada aos mercados do leste, ou seja, as regiões mais antigas e povoadas da capitania/província do Rio de Janeiro (LOURENÇO 2007. p.113)

Lourenço (2005) observa uma transição espacial e a distingue como Cerrado indígena: espaço milenar, ocupado por uma economia horticultora e aldeã, complementada por caça e coleta; e Cerrado geralista: ocupado por uma sociedade de economia agrícola e pecuarista, que mesmo utilizando de técnicas indígenas, organizava o trabalho e utilizava dos recursos em uma dinâmica inteiramente diferente, que destruiu a espacialidade anterior. Segundo Oliveira, Bonifácio tinha uma aversão as “guerras justas”, bem como o incentivava a miscigenações. Essas questões são explicitadas em “Apontamentos para a Civilização do Brasil”, material base para o entendimento do imaginário social e da legislação vigentes no Império. Bonifácio observa o indígena como ser passível de se integrar a sociedade (OLIVEIRA. 2016, p.81). Ainda Segundo Oliveira, para Marquês de Pombal a miscigenação é quem daria origem ao povo da Colônia. “O fim do indígena era o abandono da sua condição de pagão e infiel, não uma morte, mas um renascimento” (OLIVEIRA. 2016, p.83).

Vale ressaltar aqui a coexistência nessas áreas sertanistas de indígenas e quilombos formados por pretos fugidos ou livres em uma complexa rede. De acordo com Lourenço: “toda a faixa de terras do alto São Francisco e médio Rio Grande encontrava-se povoada de quilombos”:

Formavam um crescente sobre as serras da Marcela, da Saudade, O Campo Grande e a Serra da Canastra, que marcam o início dos chapadões que se estendem até o atual Triângulo Mineiro. Provavelmente a escolha desses sítios pelos quilombolas deveu-se à dificuldade de acesso para quem vem do Leste (LOURENÇO, 2005, p.109).

A exploração de minérios e pedras preciosas das regiões das Minas Gerais, levou a uma explosão demográfica nunca vista nas colônias Ibéricas. No século XVIII, com a descoberta de minas de ouro e diamante nas regiões de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a região centro-sul de Minas Gerais, tornam-se o polo cultural e político do Brasil Colônia, transfigurada em grande exportadora de ouro e diamante para a Europa.

A área, antes pouco povoada, torna-se a região mais densamente habitada das Américas, movimentada por uma infinidade de imigrantes vindos de todos os cantos do Brasil e também da Europa. De acordo com Darcy Ribeiro (1995), os primeiros povoadores, iniciaram a urbanização pelo ouro, ao criar assentamentos durante a exploração do ouro de aluvião, logo reforçados com a exploração do ouro de minas em garimpos.

Os assentamentos, transformados pelo ouro proporcionaram um dinamismo urbano complexo, a consolidação de classes sociais e culturais como músicos e artesãos, bem como o desenvolvimento da cultura barroca e uma elite letrada e europeizada. No campo, possibilitou a constituição de uma variada agricultura comercial composta por negros, mulatos alforriados e brancos pobres que não participavam empreitada garimpeira.

Lourenço observa que a exploração mineradora levou a um fluxo migratório, para regiões cada vez mais afastadas das cidades e áreas de mineração. O desgaste da terra e a explosão demográfica, levaram a distribuição de sesmarias para áreas antes sertanejas, que receberam uma onda de migrantes, “em sua maioria, roceiros em busca de terras para cultivo e pastagens. Tais migrantes como aparece nos documentos de época eram chamados “geralistas” pelas populações locais” (LOURENÇO, 2005, p.102). No final do século XVIII as minas que outrora possibilitaram a Inconfidência se esgotam iniciando um período de declive econômico, acelerando a migração para áreas do interior, enquanto arraiais próximos aos centros urbanos e culturais como Mariana e Ouro Preto se despovoava.

A produção mineira aurífera, tornou-se agrícola e pecuarista, movimentando a economia colonizadora com produtos como algodão, tabaco e café, com uma mão-de-obra predominantemente escrava e preta. A formação cidadina do Triângulo, além de origem nos aldeamentos presentes nas “Estradas dos Goeases”, surgiram dos combates a grupos quilombos por sertanistas que “ocupariam, com seus sítios e fazendas as terras liberadas dos quilombos do Oeste Mineiro, apagando a maior parte dos traços de sua existência anterior” (LOURENÇO, 2005). As Distribuições de Sesmarias se davam por parentesco, sendo iniciados no Sertão da Farinha Podre, por volta de 1810, com a expansão para as regiões que hoje são as cidades de Sacramento, Uberaba, Prata e Araxá.

No Mapa da distribuição das Sesmarias pela Capitania de Minas Gerais entre os anos 1818 e 1822, área correspondente ao município de Frutal é denominado Sertão Baldio.

De acordo com a apuração feita por Brito comparando os trabalhos dos memorialistas, há uma consonância entre os autores em elencar 1835 como o ano inicial da ocupação do território pelos geralistas, após Antônio de Paula e Silva receber por doação as terras mais sertanejas dentro do Sertão da Farinha Podre, se deslocando de Franca, capitania de São Paulo com sua família e escravos (BRITO, 2017, p.124-125). A área do Sertão baldio, correspondia de terras menos férteis que nos arredores e fora dos três eixos principais de sesmarias: a Estrada dos Goias; a faixa entre os rios Uberaba e São Francisco; e o vale do Rio da Prata, Lourenço (2007) também especula uma razão sanitária, pela endemia de malária nessa região do Rio Grande.

Retomando a Pollakno que concerne o conceito de “memórias subterrâneas”, para melhor compreensão da dinâmica ocupacional urbanística, a tradição oral de famílias remanescentes dos primeiros habitantes do Sertão baldio, devem ser levadas em conta. Em entrevista a Machado, Maria José Lacerda, já anteriormente citada afirma:

Em Frutal existiram dois quilombos: o quilombo de cá e o quilombo de lá. Esse quilombo de cá ficava no Mangueirão, que tinha duas mangueiras enormes que por ali só quase moravam pretos, os mais antigos. O outro quilombo era na Capoeira. Lá também morava os índios guaranis, que eram remanescentes. Os índios e os negros estavam fugindo dos caçadores e bandeirantes. Então eles se juntaram e fizeram um quilombo (...) eu cheguei a gravar com o Senhor Josa Guarani. Ele contou toda essa história, falou do cacique...(MACHADO. 2018, p. 12).

A professora Etelvina Aparecida da Silva Elias também em entrevista a Machado confirma: “Segundo os antepassados do meu marido, na época existiam dois quilombos em Frutal. Um era na antiga Capoeira, que é lá no lugar que a família do seu Bernardino mora. E o outro era no Mangueirão” (MACHADO. 2018, p. 12).

Em seus primórdios, durante século XIX a cidade poderia ser dividida em três áreas principais de ocupação delimitadas pelos corpos d’água que cortavam a região: as três ruas principais, rua de cima (atual avenida Coronel Delfino Nunes), rua do meio (Rua Senador Gomes da Silva) e rua de baixo (atual rua Antônio de Paula), considerada pela história oficial a área inicial da construção da cidade; Capoeira dos Bugres (Região da rua 13 de maio) sendo reconhecida pelos historiadores (definida como “rancho capim”

por Plastino) a primeira região ocupada da cidade; e Mangueirão (Atual Princesa Isabel), ocupado por negros. Essas duas áreas, negligenciadas por Plastino na construção da mítica fundacional.

## **A HISTÓRIA NÃO CONTADA: CAPOEIRA DOS BUGRES, MANGUEIRÃO E OUTRAS LOCALIDADES**

“Confirmados pelos inquéritos de espaço vivido, organização regional assenta numa hierarquia de níveis encaixados: a aldeia, a vila, a pequena cidade, a capital regional” (FREMONT, 1980, p.183). Fremont, ao estruturar a dinâmica das cidades, de acordo com a densidade demográfica e produção econômica define “aldeia” como organização basilar proto-urbana, No Brasil, a terminologia utilizada é arraial, havendo consenso entre os estudiosos que essa estruturação está na gênese da urbanização mineira. Mata (2002) se debruça sobre essa distinção, ao historicizar as significações semânticas da palavra, seu uso e características concluindo que: “o arraial é um ponto de cristalização, um espaço não-racionalizado de convívio coletivo. Ele é a expressão das necessidades econômicas, religiosas e lúdicas de um grupo de vizinhança” (MATA, 2002, p.141).

Os arraiais, também nominados bairros, poderiam ter duas naturezas: o primeiro, formado por mineradores próximo às áreas de exploração de minérios, com um rápido crescimento demográfico, uma base de apoio aos trabalhadores das minas, tendo seu desenvolvimento volátil a oferta mineral; e segundo de crescimento demográfico lento, uma área “entre o urbano e o rural”, “a partir de meados dos setecentos, “fazer um arraial” significa levantar casas em torno de uma capela pré-existente” (MATA, 2002, p.142). De acordo com Ribeiro (2005). O povoamento por grandes áreas e baixa densidade ocupacional, criam os bairros rurais, comunidades formadas pelo convívio e identificação que realizam trabalhos comunitários unidos, como a preparação de uma roça, construir casas, colheita de safras, etc. Lourenço (2005) destaca que no Sertão da Farinha Podre todas as cidades, se desenvolveram a partir desse segundo modelo.

Vale ressaltar que o desenvolvimento dos arraiais triangulinos, dependeram da organização política dos sesmeiros e seus herdeiros, sendo uma iniciativa de uma elite ruralista em busca de ascensão, servindo de mão de obra complementar além de possuir trabalhadores especializados (artesãos, sapateiros, etc). Contrário ao entendimento geral

das narrativas memoriais e seus “beneméritos e infatigáveis atalhias da honra”, visionários, “a frente do seu tempo”, os sesmeiros em suma maioria eram pequenos proprietários de escravos, núcleos familiares ou eclesiastas, movidos pelas necessidades agropastoris dos núcleos urbanos tradicionais e das exportações de *plantation*, junto à uma técnica predatória de produção agropecuarista e exploração de recursos naturais (LOURENÇO, 2005). O homem é sujeito do seu próprio tempo. O trabalho em torno da memória social, disputa as significações que uma sociedade tem por ela mesma (PAOLI, 2007).

O principal critério usado nas concessões, e que a própria lei estabelecia, era a possibilidade de cultivo pelos pretendentes. Com o tempo, a posse de escravos tornou-se critério seletivo na aquisição de sesmarias (LOURENÇO, 2005, p.144).

O trabalho de Quijano (2005), permite observar as intersecções de raça e gênero, a partir do quadro de análise do poder eurocêntrico, capitalista e global, sendo esse “estruturado em relações de dominação, exploração e conflito” afim de controlar o que ele classifica como “quatro âmbitos básicos da vida humana”: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos”.

Esse poder está ordenado em dois eixos: colonialidade de poder e a modernidade. A modernidade é observada por Quijano como uma consolidação das necessidades cognitivas capitalistas com as experiências do colonialismo e colonialidade, evidenciado pela produção do conhecimento do século XVII que parte de uma perspectiva eurocêntrica, e “naturaliza as experiências dentro do padrão de poder”, guiando e consolidando esse conhecimento, por meio da medição, quantificação, padronização e objetificação de outros povos.

Dessa maneira, outros povos passaram a ser observados como inferiores na evolução da espécie humana, não como povos dominados. Essa análise nos permite observar a racialização da divisão do trabalho e sua complexa organização. A colonialidade não é apenas uma classificação racial e sim um eixo do sistema de poder que atravessa o controle do acesso ao sexo, autoridade coletiva, trabalho e a subjetividade/intersubjetividade por meio da produção de conhecimento no cerne das relações intersubjetivas. Entretanto há uma distinção entre colonialidade e colonialismo, ainda que a colonialidade relacionasse com a expansão do colonialismo.

Ao se pensar o sistema colonial, é importante ter em mente, antes de mais nada, o caráter esvaziante de outros sentidos de experiências históricas, formações culturais econômica e estrutural da colonialidade. Além de disputas territoriais, o sistema colonial se coloca antagônico a outros modos de vida, e de experiências do tempo, lugar e espaço. Esses, “Outros” quando não cooptados, exterminados ou exotizados.

Deste universalismo eurocêntrico excludente, derivam as mesmas conclusões que podemos observar em Locke com relação aos direitos dos povos. Diferentemente dos povos que são operadores históricos da razão universal, as nações bárbaras (e seus povos) carecem de soberania e de autonomia (LANDER, 2005, p.11).

Dito isso, cabe observar então que a representação oficial procede estruturado numa concepção colonialista das mentalidades. Não é por mero acaso que tais atores são marginalizados. Na busca de combater as visões universalistas, nas duas direções propostas por Escobar, observaremos a ocupação do Sertão baldio na dinâmica dos três pilares propostas por Ribeiro (1995) na construção do povo brasileiro: a elite branca dominante, o indígena retirado de seus costumes e o negro escravo ou liberto.

Tanto Machado quanto Brito, observaram que nas publicações memoriais se faz menção a capoeira dos Bugres, área de ocupação de indígenas denominados “Bugres”, forma pejorativa de tratamento de indígenas em geral e seus descendentes, por não indígenas, que, segundo Jorge Eremitas (2009), significa rude, agressivo, incivilizado, derivando da palavra “bulgàrus”, que, no seu sentido original, significava hereges. Além de negros, antes da chegada de Antônio de Paula e Silva. Localizava-se onde se encontra o bairro Nossa Senhora do Carmo entre a Avenida José de Alencar, até o Ribeirão Frutal. Hoje, ainda é morada de seus descendentes filhos, netos e bisnetos de Jesus Diniz (Dude), Antônio Diniz (Antônio Bugre) e José Diniz (Zé Bugrim).

Segundo Brito (2017, p. 153-154), Plastino se mostra pesaroso com a destruição da Capoeira ocupada por “silvícolas mansos e pacíficos”, junto ao “Cruzeiro de Nossa Senhora do Carmo” nas páginas 24 e 25 de seu texto original. Freitas em “Sertanistas das barras do rio Grande (1835-2004)” sobre o processo de formação do arraial afirma que Antônio de Paula e Silva “com a ajuda de espaços e arredios moradores da capoeira dos Bugres, serrara árvores apropriadas e [...] já ultimara a mesa do carro de boi, as pranchadas para as duas rodeiras, cambão, canzis e canga” (BRITO, 2017, p.156),



mostrando atividade desses atores na construção da cidade. As lembranças dos cronistas citadinos obedecem a não coetaneidade do indígena com o moderno, representado pela urbanização e confirmam as observações de Paoli.

Em entrevista a Machado, Arnaldo Diniz, sobre seus antepassados indígenas afirma: “Meu avô era descendente de índio. A mãe dele veio da Guerra do Paraguai para cá. Atravessou o Mato Grosso e veio para Frutal” (MACHADO, 2018, p.14). Por meio das entrevistas do projeto “Água por toda vida” Antônio Diniz, morador da antiga Capoeira dos bugres, aos 82 anos na época lembra:

Ah, naquela época, não se sabe por que eles veio. Todos eles diziam que, quando veio para cá, não existia gente. [...] Cada um tinha sua casa, tinha seus ranchos. Depois foi casando, foi cruzando o branco com os índios.(...) Capoeira dos Bugres [...] da [Avenida] José de Alencar para baixo... tudo aqui. Tinha um marco, tinha uma pedra grande, tapiocanga, entendeu? E embaixo, lá no corgo, tinha um arco de madeira de aroeira. Aí, foi entrando os prefeitos, foi tomando um pedaço. Isso aqui, vou te contar o seguinte... Acabou com a nossa chácara [...] (BRITO,2017, p.168).

O depoimento não só evidencia a existência desses sujeitos, como uma demarcação territorial que os liga a esse espaço, anterior a empreitada geralista e a desapropriação de sua terra em nome da modernização e do progresso urbano. Os depoimentos e trabalhos dos memorialistas demonstram, segundo Machado, o deslocamento de contingentes de negros e indígenas na região com diversas raízes não sendo possível consenso na etnia desses sujeitos (MACHADO. 2018, p.14). Entretanto pode-se confirmar sua Caboclicização, fruto da ocupação, lutas de classes estratificadas, adaptações dos povos nascidos da miscigenação, adaptações socioeconômicas de exploração regional voltado sempre ao mercado externo, resultante dos projetos do aldeamento e constante fluxo cultural apontados por Ribeiro (2005).

Brito também destaca a localização do Alto Setentrional (Cruzeiro de Nossa Senhora do Carmo citada por Plastino), construído na região da Capoeira dos Bugres, e, segundo as lendas, destruída por um raio (BRITO. 2017, p. 161 – 164). Na época, com o Estado e Igreja intrinsecamente associados, a demarcação do Alto Setentrional definia o local da construção da Igreja.

De acordo com Lourenço o sesmeiro “doava um trato de terra ao patrimônio de um santo. Sobre ele esses vizinhos, organizados numa irmandade religiosa, erigiam uma

capela e tratavam de conseguir sobre ela a benção do vigário da freguesia” (LOURENÇO, 2005, p.281). O cruzeiro representa a benção de deus e o reconhecimento colonial da ocupação territorial. Nas palavras de da Mata “é a capela que “tem” um arraial” (MATA, 2002, p.144). Sua localização, junto as histórias orais, comprovam o pioneirismo nas ocupacionais desses sujeitos.

Como em toda a colônia, a escravidão era um valor disseminado na sociedade mineira, “a mentalidade escravista teria, assim, raízes profundas legitimada por grandes e pequenos proprietários de terra, camponeses e ex-cativos: Para todos possuir escravos era algo desejável e possível” (LOURENÇO, 2007, p.118). A escravidão era o pilar econômico que sustentava a colônia e o império, o negro era a força de trabalho que desenvolveu forçosamente a sociedade brasileira.

O preto no século XVIII e XIX configura na principal força motriz das transformações do “moedor de gente” sistema colonial. Seu sangue e cultura estão presentes do engenho às magníficas construções da época áurea mineira. Junto a ele, sua luta e resistência, comprovadas pelos milhares de quilombos, fora guerras e revoltas que marcaram todo esse período.

Como dito anteriormente, a região do Triângulo Mineiro estava inserida em uma complexa rede de quilombos que se estendia por todo sertão mineiro, formados por escravizados vindo de vilas e das zonas mineradoras. Na região frutalense, duas comunidades se destacam a do Douradinho e da Serrinha. Segundo Machado (2018) a comunidade do Douradinho foi assim denominada pela abundância de peixe dourados que ali se encontrava. Localizada entre Frutal e Planura, sua criação é anterior aos geralistas, possuindo um aumento populacional a partir das legislaturas antiescravistas. Em depoimento, Delfino Conceição Teixeira, filho de Delfino Bento e da Matriarca Maria Justina conta: “Lá, os negros dos antepassados ganharam as terras. Assim que teve a abolição da escravatura, eles ganharam essas terras de umas beatas riquíssimas aqui da região. Só que não eram terras documentadas. Ali já tinha umas 150 pessoas” (MACHADO, 2018, p.26).

A Serrinha, localizada entre Frutal e Comendador Gomes, é o exemplo da importância do resgate histórico desses atores. Ter uma identidade é ter uma memória. Em 2015, foi reconhecida pela Fundação Cultural de Palmares como remanescente de

quilombo, esse, formado pela doação de terras durante a Lei do Ventre Livre.

Em uma ação conjunta entre Rosicler Francisca da Silva, presidente da Associação Quilombola da Serrinha, moradora da localidade e Marcinéia Alves Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Frutal e Comendador Gomes, as documentações e estudos foram realizadas necessárias que comprovam a ligação dos pretos frutalenses a esse espaço, retirado de suas mãos. Em uma parte do documento intitulado “Histórico da Comunidade Serrinha, Cidade de Frutal/MG” que conferiu a titularidade ao local se encontra:

Na comunidade são encontrados vários indícios do passado relacionado ao trabalho escravo tais como a existência de vales que eram construídos para a divisão das terras, canal construído com o intuito de conduzir água das nascentes até as propriedades e também um local que eles chamam de cemitério dos escravos, onde existem vestígios de que no passado foi um cemitério. Relatamos também a existência das ruínas de um grande casarão, onde viviam os grandes senhores de terra que doaram parte de sua propriedade aos descendentes de quilombo, no mesmo local é possível evidenciar a presença de estacas e troncos, onde os negros eram amarrados e açoitados como forma de castigo (MACHADO, 2018, p, 62).

A escravidão na região de Frutal existe desde 1830, se estabelecendo em toda região. Entretanto, a documentação levantada por Machado permite melhor análise a partir dos anos 1860. Nesse período, a maioria dos escravizados eram descendentes de africanos espalhados por todo território como na Rocinha (divisa com Pirajuba), São Bento (quase divisa com Planura), Serradão (divisa com Itapagipe), Ressaca (divisa com o estado de São Paulo), Douradinho, Serrinha (ou São Mateus). O pioneirismo da prática foi na região do Chatão.

Formada por grandes propriedades de terra voltadas a monocultura e pecuária a região se contextualizava dentro de uma “formação agro-mercantil-escravista, bipartidas em implantes citadinos e contextos rurais complementares, estratificada em classes sociais antagônicas” (RIBEIRO. 1995 p.203) característica do Brasil daqueles dias. A expropriação de terras por fazendeiros, pós abolição, levaram a migração forçada de pretos extinguindo boa parte dessas localidades. Coibidos a vender suas terras por preço de pinga vendo-as incorporadas os grandes latifúndios da região, muitos migraram para a cidade, formando a primeira expansão urbana no início do século XX, o bairro “Brejinho” denominado hoje, Princesa Isabel (MACHADO. 2018, p.36-38).

Outro ponto fundamental da formação de Frutal é o Mangueirão. Tão antigo quanto a Capoeira, e formado por pretos alforriados ou fugidos, tem ocupação é vinculada migração ex-escrava Maria Justina do Douradinho para Frutal. Entretanto, “atribui-se ao local a existência de um grande quilombo de negros que existia no início do século XIX” (MACHADO, 2018, p,38). Rememorando sua infância Teixeira nos conta:

Mangueirão é por causa das mangueiras, porque tinham duas mangueiras enormes nativas ali, ficava dentro da nossa chácara e ali tinha o bairro Mangueirão. Aí era falada a Comunidade do Mangueirão, era o nosso pessoal. O Brejinho estava na divisa [...] do outro lado do córrego era o bairro Brejinho. O Brejinho é um dos mais antiguíssimos da cidade, hoje é denominado Princesa Isabel. [...] Eu me lembro da cidade quando tinha apenas três bairros: tinha o bairro Brejinho, o Centro e a Capoeira [...]. Até uns parentes nossos [...] moravam no Brejinho, as pessoas de poder aquisitivo menor. As pessoas de mais posse moravam no centro da cidade. [...] Tinha divisão. Porque tinha um córrego que separava. (BRITO, 2017, p.167).

Sua antiga localidade é na área central da cidade, na rua Raul Soares, onde se encontra hoje uma igreja Presbiteriana. Lúcia Helena, observa que nos escritos memoriais a presença de pretos e ciganos eram confirmadas, bem como inferiorizada e ressalta: “Não se trata, então, de registrar um achado surpreendente nas entrelinhas memorialistas, mas antes de frisar que, da forma como é predominantemente narrada, a cidade parece se erguer indiferente a esses personagens” (BRITO, 2017, p.161). Segundo relatos dos memorialistas e fontes orais, era um local importante pra sociabilidade do negro na cidade. Embaixo das sombras de duas frondosas mangueiras, José Defensor da Pátria lecionava, também servindo para as manifestações de culturais como O Marujo, O Moçambique e Os Santos Reis, símbolos da resistência preta pela cultura. (MACHADO, 2018)

Machado baseando-se no censo de 1872, um ano depois da Lei do ventre Livre (1871), que contabilizava uma população de 826 de negros libertos concluiu que a “população chegou a tal quantitativo por já existir na região desde longa data, pois não haveria tantos escravos libertos (...) se considerarmos que não chegava a uma centena o número de escravos casados” (MACHADO, 2018, p. 13), considerando os inventários de propriedade da elite do arraial. O Senso a população do arraial Carmo do Fructal, contabilizou 5352 habitantes sendo: 875 escravos (15% da população), 826 negros e pardos livres (15% da população) um total de 1701 negros e mais 2026 pessoas brancas

(MACHADO. 2018, p.16). Esses dados, corroboram com sua ocupação pre-geralista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Segundo Brito “a cidade é naturalmente compartimentada: dividida em castas. Sua visão também naturaliza a exclusão dos segmentos do lado de lá da participação nos rumos da cidade em si, mantidos sob a responsabilidade dos políticos fortes (2017, p.168). Machado afirma “não temos dúvidas de que o povoado de Frutal surgiu na região chamada de Capoeira dos Bugres, cujos primeiros moradores eram descendentes de índios vindos pelo Estado de Mato Grosso e escravos fugidos ou quilombolas. Além dos negros que viviam em Frutal na condição de escravos” (2018, p.46).

A ocupação da região de Frutal a meu ver, considera a chegada de Antônio de Paula e Silva como marco oficial pelo caráter elitista do Brasil Império. Os indígenas e negros presentes na região não pertenciam a civilização, representada pelo homem branco em conluio com a burocracia e sua religião. Os trabalhos memoriais, comprovam a intencionalidade das narrativas. A história oficial de Frutal, por colocar esses sujeitos apenas como meros expectadores promove o apagamento da importância de negros e indígenas na formação da cidade. Para o trabalho historiográfico, ao observar a fonte, e levar em conta o contexto da escrita, busca entender qual a mentalidade por trás do contexto político tanto dos acontecimentos, quanto e seus relatos seus usos na temporalidade. Os trabalhos pioneiros de Lucia Helena e Otávio Luiz, buscam pluralizar as histórias e memórias que compõe o ambiente citadino, resgatando a história daqueles colocados a margem, condenados ao esquecimento pelo silêncio de uma História única.

## **REFERÊNCIAS**

BARROS, José Assunção. **História, região e espacialidade**. Revista de História Regional ano 10, n.1. p. 95-129. 2005.

BRITO, L. H. P. F. **Pulsões utópicas e distópicas nos imaginários urbanos: a cidade de Frutal (MG) nas trilhas dissonantes da história**. Uberlândia: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. História Indígena e Ensino de História: apontamentos críticos sobre currículos e a Base Nacional Comum Curricular. In: Paula Faustino Sampaio; Thiago Leandro Vieira Cavalcante. (Org.). **Povos indígenas, gênero** 282

e **violências**: histórias marginais. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2020, v. 1, p. 11-27.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Paul Claval. Tradução: Luís Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche Pimenta. – 4. ed. rev. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

ESCOBAR, Arturo 1995. **Encountering Development**. The Making and Unmaking of the Thirld World (Princeton: Princeton University Press).

FREMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra:Almedina, 1980. p.169-175.

GIRALDIN, Odair. Cayapó e Parana: **A luta e sobrevivência de um povo jê no Planalto Central**. Campinas: Unicamp, 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão, in: CASTRO, Iná Elias de et alii (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 3.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.49-76.

HARTOG, François. **La disparation de l'histoire**. Recherches de Science Religieuse, v.109, n.4, pp.739-752, 2021. (Traduzido por Alexandre de Sá Avelar, docente da Universidade Federal de Uberlândia).

\_\_\_\_\_. **Tempo e Patrimônio**. Varia História, Belo Horizonte, v.22, n.36, pp.261-273, 2006.

\_\_\_\_\_. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e a experiência do Tempo. 1. ed., 4.reim. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

HARVEY, David. (1980). **A justiça social e a cidade São Paulo**. Hucitec. São Paulo. 1980.

LEFEBVRE, Henri. **Direito a Cidade**. Henri Lefebvre, Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo Centauro, 2001.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais**: saberes coloniais e eurocêntricos. In Colonialidade do saber: Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p.8-23.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamente. **Das Fronteiras do Império ao Coração da República**: O Território do Triângulo Mineiro na Transição para a Formação Sócio-Espacial Capitalista na Segunda Metade do Século XIX. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Oeste das Minas Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista**. Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia EDUFU, 2005.

MACHADO, Otávio Luiz. **Marcas das fronteiras humanas na história da resistência negra em Frutal-MG (1860-2018)**. Frutal: Prospectiva, 2018.

MANO, Marcel. (2020). **Guerras e saques**: apropriações e incorporações diferenciais das alteridades entre os Jê – ‘Cayapó’ meridionais. *Revista De Antropologia*, 63(3), e178850.

MATA, Sérgio da. **Chão de Deus Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil**. Séculos XVIII-XIX. Sérgio da Mata. Berlin: Wiss. Berl. Berlin, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**. “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, história e cidadania**: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DPH, 1992. p. 25-28.

PLASTINO, Ernesto. **Apontamento históricos de Frutal**: 1835-1976. Frutal, 1991.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **Colonialidade do saber**: Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 107 – 127.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil / Darcy Ribeiro. – 3ª ed – São Paulo: Global, 2015.

SARLO, Beatriz. A história contra o esquecimento. In: SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 35-42.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. Hucitec, São Paulo, 1993.

SOUZA, Gleice Keli Barbosa. **“Os esquecidos da História” e a Lei 11.645/08**: continuidades ou rupturas? Uma análise sobre a representação dos povos indígenas do Brasil em livros didáticos de História. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.